



DIREITO CONSTITUCIONAL

 **Estratégia**
OAB

SIMULADO DIREITO CONSTITUCIONAL

Olá, alunos do **Estratégia OAB!**

Sejam bem-vindos ao nosso *Simulado Online* para a **2ª fase do 47º Exame de Ordem**. Esta rodada de temas **não terá uma correção individualizada**, conforme nosso cronograma de aulas.

Teremos uma correção online que acontecerá no domingo (**20.09.26**), ao vivo às 14h, direto do canal do YouTube do Estratégia OAB. Caso você não possa assistir, fique tranquilo. Nos dias seguintes à transmissão do evento, nossa equipe realizará a edição e o vídeo ficará vinculado à aula correspondente.

Orientações importantes:

1. *O simulado acontecerá nos moldes do edital do 47º Exame de Ordem. A peça processual equivalerá a 5,0 (cinco) pontos. O aluno deverá desenvolver um texto em forma de peça processual jurídica com, no máximo, 150 linhas. Para as respostas das questões discursivas, a extensão máxima do texto será de 30 (trinta) linhas para cada.*
2. *Procure realizar o simulado nas condições reais do dia da prova: tempo, ambiente, material de consulta, lanche, entre outros.*

Um ótimo simulado a todos.

Abraços,

Prof. Diego Cerqueira

@profdiegocerqueira

INSTAGRAM



PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Maria Helena é jornalista, regularmente inscrita no órgão de classe, atuante há mais de 10 anos na cobertura de temas relacionados à gestão pública municipal. Em razão de sua credibilidade, passou a receber, de forma recorrente, informações de servidores públicos acerca de irregularidades na prestação de serviços essenciais, especialmente na área da saúde. Com base nessas informações, Maria Helena publicou uma série de reportagens em seu portal eletrônico, detalhando falhas estruturais em unidades de saúde, ausência de medicamentos e longas filas de espera para atendimento, sempre resguardando a identidade de suas fontes.

Após a ampla repercussão das reportagens e o aumento das cobranças da população junto à Prefeitura, o Secretário Municipal de Administração instaurou procedimento administrativo contra a jornalista e determinou que ela apresentasse, no prazo de 48 horas, a identificação das fontes utilizadas nas matérias publicadas, sob pena de aplicação de multa diária e suspensão de sua credencial de imprensa junto ao Município, o que a impediria de exercer sua atividade jornalística em repartições públicas.

Antes da instauração do procedimento, a Assessoria de Comunicação do Município publicou nota oficial classificando as reportagens como "sensacionalistas e desprovidas de respaldo técnico", afirmando que os dados não condiziam com os relatórios internos da Secretaria de Saúde. A nota acrescentava que a jornalista não havia procurado os canais oficiais da Prefeitura antes da publicação e que o Município se reservava no direito de adotar as medidas cabíveis para resguardar a imagem da gestão municipal.

Ao fundamentar a decisão, a autoridade administrativa alegou que as informações divulgadas afetariam a imagem da Administração Pública e que não poderiam ter sido divulgadas, já que se encontravam protegidas por sigilo no âmbito da Secretaria de Saúde. Além disso, a identificação das fontes seria necessária para apuração de responsabilidades administrativas e a recusa em fornecer tais dados configuraria abuso do direito de informar. Maria Helena foi formalmente notificada da decisão, a qual deveria ser cumprida de imediato, não havendo previsão de recurso administrativo com efeito suspensivo.

Irresignada com a situação, Maria Helena procura você, na condição de advogado(a), para o ajuizamento da ação constitucional cabível, que assegure a defesa de seus interesses por meio do procedimento mais célere, sem necessidade de instrução probatória e sem condenação em honorários sucumbenciais, a fim de proteger direito relacionado ao exercício de sua atividade profissional. (Valor: 5,00)

Obs.: A peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	

32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	

63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	

94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	

125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

A Emenda Constitucional nº XXX foi responsável pela inclusão de um direito social na Constituição, prevendo que o seu exercício dependeria de regulamentação por lei. A referida emenda foi aprovada com amplo apoio das duas Casas Legislativas, tendo sido considerada à época um avanço significativo na proteção dos direitos sociais, gerando legítima expectativa nos potenciais beneficiários quanto à sua regulamentação em prazo razoável. Contudo, após mais de 10 anos da promulgação da referida emenda, o Congresso Nacional permaneceu sem editar a norma regulamentadora, a despeito de terem sido apresentados ao longo desse período diversos projetos de lei sobre a matéria, nenhum dos quais chegou a ser levado à votação, configurando-se persistente omissão legislativa.

Mário, que entende preencher os requisitos para usufruir do direito social previsto na Constituição, procura você, na condição de advogado(a), para saber quais providências judiciais podem ser adotadas para viabilizar o exercício do direito diante da omissão legislativa.

Com base no sistema jurídico-constitucional brasileiro, responda de forma fundamentada:

- a) Qual é a ação constitucional adequada para que Mário possa buscar a viabilização do exercício do direito social?
- b) Qual pode ser o conteúdo da decisão judicial nessa ação, de modo a permitir a fruição do direito por Mário?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Em determinado Município, Carlos foi acometido por um quadro clínico de urgência e imediatamente conduzido ao hospital municipal da cidade para atendimento emergencial. Após os primeiros procedimentos, Carlos teve seu quadro estabilizado, porém permanece internado e dependente de tratamento médico continuado para sua plena recuperação. Ao chegar ao hospital, Carlos informou que não portava qualquer documento de identificação, não sendo possível, naquele momento, verificar sua nacionalidade, eventual vínculo empregatício ou contribuição ao sistema previdenciário. Diante disso, a direção do hospital municipal negou a continuidade do atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e apresentou notificação formal comunicando a impossibilidade de manutenção da internação e do tratamento sem a devida comprovação documental.

À luz da Constituição Federal, responda de forma fundamentada:

- a) O atendimento de Carlos pelo SUS pode ser condicionado à comprovação de nacionalidade brasileira, vínculo de trabalho ou contribuição previdenciária? Justifique.
- b) Diante da recusa formalizada pelo Município, qual seria a medida judicial adequada para assegurar o direito de Carlos, considerando a desnecessidade de dilação probatória e a urgência do caso?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Foi editada a Lei Estadual nº YY/2026, que dispõe sobre regras de execução financeira e gestão orçamentária. Após a entrada em vigor do referido diploma normativo, constatou-se que alguns de seus dispositivos contrariam normas previstas no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), as quais, embora transitórias, ainda se encontram em vigor e produzem efeitos jurídicos. Diante desse cenário, o Partido Político Gama, com representação no Congresso Nacional, por intermédio de seu Diretório Nacional, procura você, na condição de advogado(a), para obter orientação jurídica.

Considerando a situação apresentada, responda de forma fundamentada aos itens a seguir:

- a) As normas do ADCT, ainda em vigor, podem ser utilizadas como parâmetro para questionar a constitucionalidade da Lei Estadual nº YY/2026? Justifique à luz da Constituição Federal.
- b) Qual é o instrumento de controle concentrado de constitucionalidade adequado para impugnar a Lei Estadual nº YY/2026 com fundamento na violação ao ADCT, e perante qual órgão jurisdicional a medida processual deve ser proposta?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Eduardo, brasileiro nato, engenheiro civil, recebeu proposta para desenvolver projetos de infraestrutura em um país da Europa. Com o objetivo de facilitar sua permanência e ampliar suas possibilidades profissionais, requereu e obteve, de forma voluntária, a nacionalidade desse Estado estrangeiro, o qual não exigiu a renúncia à nacionalidade brasileira, tampouco condicionou o exercício de direitos civis ou a permanência em seu território à perda da nacionalidade originária.

Alguns meses depois, ao retornar ao Brasil para tratar de assuntos pessoais, Eduardo foi informado por um servidor público de que a aquisição da nova nacionalidade teria como consequência automática a perda da nacionalidade brasileira, ainda que ele jamais tenha formulado um pedido expresso. Todavia, preocupado com a situação e considerando a possibilidade de, futuramente, vir a formalizar pedido de renúncia à nacionalidade brasileira para obter vantagens fiscais no país europeu, Eduardo procura você, como advogado(a), para obter esclarecimentos.

Com base na Constituição Federal, responda de forma fundamentada aos itens a seguir:

- a) A aquisição voluntária da nacionalidade estrangeira, nas circunstâncias descritas, acarreta a perda da nacionalidade brasileira de Eduardo?
- b) Caso Eduardo decida, futuramente, formalizar pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira, esse pedido poderá ser deferido em qualquer hipótese? Justifique.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

